



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Gramática e Interpretação de Texto da Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

"Temos de agir agora para evitar o pior", comentou o agrônomo Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa, ao apresentar as conclusões de um dos capítulos do primeiro relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas – PBMC. Os pesquisadores esperam que as informações sirvam para nortear a elaboração e a implantação de políticas públicas e o planejamento das empresas.

Os desafios apontados no relatório são muitos. Ele indica que as consequências da elevação da temperatura média global serão dramáticas no Brasil. De acordo com os modelos computacionais de simulação do clima, a agricultura será o setor mais afetado, por causa das alterações nos regimes de chuva. "Mesmo que a quantidade de chuva fique inalterada, a disponibilidade de umidade do solo deve diminuir, em consequência da elevação da temperatura média anual, que intensifica a evapotranspiração", diz outro especialista. Segundo ele, esse fenômeno deve prejudicar os cultivos agrícolas em regiões onde a escassez de água é constante, como o semiárido nordestino.

Uma provável consequência da redução da produtividade agrícola e da área de terras aptas à agricultura é a queda na renda das populações, intensificando a pobreza e a migração da área rural para as cidades que, por sua vez, deve agravar os problemas de infraestrutura (habitação, escola, saúde, transporte e saneamento).

Os efeitos na agricultura já podem ser dimensionados. "De 1990 a 2010, a intensidade da precipitação dobrou na região do cerrado", diz Assad, "e o padrão tecnológico atual da agricultura ainda não se adaptou a esses novos padrões". Agora, segundo ele, torna-se imperioso investir intensivamente em sistemas agrícolas consorciados, e não somente na produção agrícola solteira, de modo a aumentar a fixação biológica de nitrogênio, reduzir o uso de fertilizantes e aumentar a rotação de culturas. "Temos de aumentar a produtividade agrícola no Centro-Oeste, Sudeste e Sul, para evitar a destruição da Amazônia. A reorganização do espaço rural brasileiro agora é urgente."

Cheias e secas mais frequentes e intensas devem causar uma redução na produção agrícola também por outra razão. Pesquisadores da Embrapa concluíram que algumas doenças – principalmente as causadas por fungos – e pragas podem se agravar em muitas culturas analisadas, em decorrência da elevação dos níveis de CO₂ do ar, da temperatura e da radiação ultravioleta, acenando com a possibilidade de aumento de preços e redução da variedade de cereais, hortaliças e frutas.

Cheias e secas devem também alterar a vazão dos rios e prejudicar o abastecimento dos reservatórios das hidrelétricas, acelerar a acidificação da água do mar e reduzir a biodiversidade dos ambientes aquáticos brasileiros. A perda de biodiversidade dos ambientes naturais deve se agravar; alguns já perderam uma área expressiva – o cerrado, 47%, e a caatinga, 44% – a ponto de os especialistas questionarem se a recuperação do equilíbrio biológico característico desses ambientes seria mesmo possível.

(Adaptado de: FIORAVANTI, Carlos. **Revista FAPESP**, agosto de 2013, p. 23 e 24)

1. A afirmativa correta, condizente com o teor do texto, é:
 - (A) Novos padrões de tecnologia vêm sendo atualmente implantados em áreas agrícolas, especialmente no cerrado, como medida tomada por empresas e pelo governo para diminuir os prejuízos à produção de alimentos, previstos em relatório sobre mudanças climáticas no Brasil.
 - (B) O conteúdo de um relatório, que traz algumas conclusões sobre mudanças climáticas, induz à necessidade de tomada de decisões e de medidas, direcionadas para as políticas agrícola, industrial e urbana, tanto em âmbito governamental quanto no privado.
 - (C) Especialistas em eventos climáticos e suas consequências, principalmente secas na região nordestina, propõem políticas públicas de prevenção aos riscos a que está sujeita a produção agrícola brasileira, no sentido de garantir alimentos necessários à população.
 - (D) A redução dos prejuízos causados ao cultivo diversificado de alimentos nas áreas sujeitas a períodos intensos de seca exige a expansão das áreas destinadas à agricultura, atingindo, inclusive a região amazônica.
 - (E) Estudos recentes buscam desenvolver tecnologia voltada para as características da agricultura brasileira, com áreas em regiões sujeitas tanto a secas prolongadas quanto a cheias catastróficas, para evitar comprometimento da produção de alimentos, com consequente elevação de preços.

2. Infere-se corretamente do texto, especialmente do que consta do 4º parágrafo:
 - (A) As conclusões dos especialistas apontam para a necessidade de buscar-se a sustentabilidade na produção agrícola, como forma de minimizar os efeitos provocados por eventos climáticos extremos.
 - (B) As medidas tomadas em relação à ocorrência de eventos climáticos extremos ainda não surtiram os efeitos benéficos referentes à agricultura brasileira, previstos nas conclusões de especialistas.
 - (C) A ocorrência de eventos climáticos extremos tem-se concretizado no país, resultando em amplo desenvolvimento tecnológico destinado especialmente a ampliar a agricultura em todo o território nacional.
 - (D) O controle de doenças que atingem algumas plantações, especialmente no cerrado, tem tornado a Amazônia uma das soluções prioritárias para a ampliação da produção agrícola no país.
 - (E) Os resultados apresentados têm sido determinantes no sentido de diminuir os prejuízos da agricultura brasileira, apesar da ocorrência de cheias e secas frequentes em algumas regiões.



<p>3. O texto deixa evidente que os pesquisadores se preocupam, especialmente, com</p> <p>(A) a necessidade de investir em obras de infraestrutura nas cidades, pouco preparadas para atender ao elevado número de migrantes que as procuram.</p> <p>(B) a possibilidade, que se torna cada vez mais real, de a população vir a sofrer ciclos de fome, com a redução da oferta de produtos agrícolas.</p> <p>(C) a impossibilidade de controle de doenças que vêm afetando a produção agrícola, trazendo prejuízos para a preservação ambiental.</p> <p>(D) a ausência de investimentos em tecnologia destinada a melhorar as condições do ambiente aquático brasileiro, cada vez mais ácido e reduzido.</p> <p>(E) os problemas ambientais resultantes da elevação da temperatura, que põem em risco a biodiversidade brasileira, já extremamente comprometida.</p>	<p>6. <i>"Mesmo que a quantidade de chuva fique inalterada, a disponibilidade de umidade do solo deve diminuir, em consequência da elevação da temperatura média anual, que intensifica a evapotranspiração", diz outro especialista. (2º parágrafo)</i></p> <p>Redigida de modo diverso, mantém-se o sentido original da fala do especialista, com clareza e articulação lógica correta, em:</p> <p>(A) Tendo-se elevado a temperatura média anual, com a perda de água do solo, a quantidade de chuva permanece ainda sem alteração e ainda mais, a umidade do solo não se mantém disponível.</p> <p>(B) Contanto que se mantenha a precipitação de chuvas nas áreas destinadas à agricultura, com intensificação da perda de água do solo, haverá uma diminuição, como resultado do aumento da temperatura média anual.</p> <p>(C) Enquanto que, com a manutenção da quantidade de chuva, o aumento da perda de água é consequência da elevação da temperatura média anual, com intensidade maior no solo.</p> <p>(D) Ainda que se mantenha a precipitação pluvial, haverá diminuição de áreas aptas à agricultura, resultante da intensificação da perda de água do solo, devido ao aumento da temperatura média anual.</p> <p>(E) Sem redução da quantidade de chuva, no entanto, o solo permanece menos úmido, mesmo com o aumento da temperatura média anual, ampliando a perda de água por transpiração.</p>
<p>4. <i>Segundo ele, esse fenômeno deve prejudicar os cultivos agrícolas em regiões onde a escassez de água é constante, como o semiárido nordestino. (final do 2º parágrafo)</i></p> <p>É correto concluir da expressão grifada acima que</p> <p>(A) a tecnologia deverá ser o instrumento a ser adotado por órgãos responsáveis pela produção agrícola, para diminuir os efeitos prejudiciais da elevação da temperatura mundial.</p> <p>(B) a simulação do clima por computadores deverá ser o instrumento ideal para prever a ocorrência de eventos climáticos extremos, evitando suas consequências catastróficas para a agricultura.</p> <p>(C) o clima da região nordestina deverá ser tomado como estudo para ampliar o fornecimento de água e, dessa forma, corrigir a aridez do solo, que impede produção maior de alimentos.</p> <p>(D) o aumento da temperatura e a escassez de água em algumas regiões brasileiras propiciam a aridez do solo, resultando na redução da quantidade de produtos agrícolas.</p> <p>(E) a reorganização das áreas destinadas à agricultura é um dos maiores desafios para os responsáveis pela produção de alimentos destinados a suprir todas as regiões brasileiras.</p>	<p>7. <i>... que as informações sirvam para nortear a elaboração e a implantação de políticas públicas e o planejamento das empresas. (1º parágrafo)</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:</p> <p>(A) <i>"Mesmo que a quantidade de chuva fique inalterada..."</i></p> <p>(B) <i>... que as consequências da elevação da temperatura média global serão dramáticas no Brasil.</i></p> <p>(C) <i>"De 1990 a 2010, a intensidade da precipitação dobrou na região do cerrado"...</i></p> <p>(D) <i>Pesquisadores da Embrapa concluíram que algumas doenças...</i></p> <p>(E) <i>... se a recuperação do equilíbrio biológico característico desses ambientes seria mesmo possível.</i></p>
<p>5. Os segmentos isolados por travessões, no 5º e no 6º parágrafos,</p> <p>(A) referem-se a dados coletados em estudos atuais que indicam solução de possíveis problemas para a agricultura brasileira.</p> <p>(B) indicam, respectivamente, especificação e enumeração de fatores determinantes da situação apontada em cada um.</p> <p>(C) apresentam informações de sentido explicativo, em relação ao que consta imediatamente antes de cada um deles.</p> <p>(D) introduzem, como exemplos, um dado resultante de pesquisas anteriores e a fala de um especialista, respectivamente.</p> <p>(E) reproduzem comentários de caráter pessoal, como juízos de valor a respeito de algumas conclusões apresentadas no texto.</p>	<p>8. Nos segmentos adaptados do texto, a concordância verbal e nominal está correta apenas em:</p> <p>(A) Os cultivos agrícolas em algumas regiões, como o semiárido nordestino, será prejudicado pela elevação da temperatura média anual.</p> <p>(B) Existe muitos desafios apontados no relatório.</p> <p>(C) Uma das prováveis consequências da redução de terras aptas à agricultura é a queda na renda das populações.</p> <p>(D) Os atuais padrões tecnológicos da agricultura ainda não se encontra adaptado a essas novas ocorrências.</p> <p>(E) Investimentos intensivos em sistemas agrícolas consorciados, e não somente na produção agrícola solteira, torna-se imperiosos.</p>



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 e 10.

Muita coisa se poderia fazer em favor da poesia:

a – *Esfregar pedras na paisagem.*

b – *Perder a inteligência das coisas para vê-las.*
(Colhida em Rimbaud)

c – *Esconder-se por trás das palavras para mostrar-se.*
.....

g – *Nos versos mais transparentes enfiar pregos sujos, teréns de rua e de música, cisco de olho, moscas de pensão...*

h – *Aprender a capinar com enxada cega.*

i – *Nos dias de lazer, compor um muro podre para os caramujos.*

(BARROS, Manoel de. **Poesia completa.** São Paulo: Leya, 2010. p.148 e 149)

9. É correto concluir do texto que o poeta considera
- (A) a impossibilidade de se fazer poesia diante das dificuldades que se encontram cotidianamente, o que seria *Aprender a capinar com enxada cega.*
 - (B) a simplicidade das coisas como matéria pronta a ser transformada em poesia mediante a capacidade de *Esconder-se por trás das palavras para mostrar-se.*
 - (C) a inutilidade do fazer poético, que pouco acrescenta à vida cotidiana, marcada por imperfeições como a existência de *um muro podre para os caramujos.*
 - (D) o conteúdo prosaico e desvalorizado da poesia que pode comprometer a realidade das coisas, ao *Esfregar pedras na paisagem.*
 - (E) a falta de objetivos do fazer poético, que denota a alienação de quem se dispõe a esse propósito, sendo necessário *Perder a inteligência das coisas para vê-las.*

10. Considerando-se a forma com que se apresenta o texto, é correto depreender dele:
- (A) avaliação depreciativa da criação artística de alguns poetas que, motivados geralmente por sentimentos de caráter pessoal, se distanciam da realidade, sempre passível de se transformar em poesia.
 - (B) atitude desdenhosa em relação à pequenez de significado nas coisas do cotidiano que, muitas vezes, são tomadas como elementos poéticos, confundindo-se, dessa forma, realidade e imaginação.
 - (C) posicionamento crítico contra aqueles que tentam criar poesia a partir de situações diárias e de objetos triviais, não condizentes com a criação poética, baseada principalmente na beleza e na perfeição.
 - (D) desencanto pessoal perante a constatação de uma realidade triste e imperfeita, incapaz de despertar emoções que conduzam à produção artística recriada por palavras que deem sentido a essa emotividade.
 - (E) natureza instrutiva, no sentido de que é importante perceber a poesia em tudo aquilo que está à nossa volta e recriar esse universo, transfigurando-o e apresentando-o de modo particular.

Noções de Informática

Atenção: Considere as informações abaixo para responder às questões de números 11 a 15.

Paulo trabalha no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e recebeu as seguintes tarefas:

1. Fazer um orçamento de computadores portáteis para o escritório onde trabalha. Este orçamento deve incluir *notebooks*, *netbooks* e *ultrabooks*. Montar uma planilha utilizando o Microsoft Excel 2010 em português com os dados do orçamento realizado. Salvar a planilha em um *pen drive*.
2. Criar um texto utilizando o Microsoft Word 2010 em português que apresente a descrição e as características técnicas de cada um dos computadores orçados, bem como a imagem de cada um deles. Salvar o arquivo com o texto em um *pen drive*.
3. Abrir o texto e a planilha gravados no *pen drive* em um computador que tenha apenas o LibreOffice, utilizando os *softwares* compatíveis com o Word e o Excel.
4. Evitar que os arquivos criados sejam alterados depois de salvos mudando, no Windows Explorer, um atributo dos arquivos para que não seja permitida a gravação, mas apenas a leitura.

Deve-se considerar que os computadores utilizados por Paulo têm o sistema operacional Windows 7 Professional em português e que todos os *softwares* instalados mantêm suas configurações padrão.

11. Para realizar a tarefa 1 Paulo fez uma pesquisa na Internet para saber as diferenças entre os *notebooks*, *netbooks* e *ultrabooks*. Descobriu então que os *ultrabooks*
- (A) normalmente utilizam discos do tipo *Solid State Disk* (SSD), que oferecem consumo elétrico e tempos de acesso muito baixos.
 - (B) são mais pesados que os *netbooks*, e todos os modelos vêm com telas sensíveis ao toque.
 - (C) possuem HDs magnéticos convencionais, o que os tornam mais leves que os *notebooks*.
 - (D) podem possuir configurações diferentes, mas todos têm a mesma espessura, padronizada pela Intel.
 - (E) são fabricados apenas com processadores Core i3 e Core i5.

12. Após descobrir as diferenças entre os *notebooks*, *netbooks* e *ultrabooks* e fazer o orçamento solicitado, Paulo montou a planilha abaixo para completar a tarefa 1:

	A	B	C
1	Percentual de desconto:		20%
2	Computador	Preço	Preço com desconto
3	Ultrabook X com processador Intel Core i3	R\$ 1.799,10	R\$ 1.439,28
4	Notebook Y com processador Intel Core i3	R\$ 1.298,25	R\$ 1.038,60
5	Netbook Z com processador Intel Atom	R\$ 764,15	R\$ 611,32

Na célula C3 foi digitada uma fórmula para calcular o preço contido na célula B3 com o desconto contido na célula C1, de tal forma que, ao arrastar o conteúdo da célula C3 para C4 e C5, os cálculos dos preços com desconto sejam feitos automaticamente nestas células. Baseando-se nestas informações, pode-se afirmar que a fórmula digitada na célula C3 foi

- (A) =B3-B3*C1
- (B) =B3-B3*C\$1
- (C) =B3-B3*\$C1
- (D) =B3-B3*\$C1\$
- (E) =B\$3-B\$3*C1



13. Após criar o texto referente à tarefa 2, para Paulo escolher como a imagem ficará disposta em relação ao texto, deve selecionar cada imagem e, na guia **Layout da Página**, no grupo **Organizar**, clicar na opção

- (A) Alinhar.
- (B) Opções de Layout.
- (C) Efeitos de Alinhamento.
- (D) Ajustar.
- (E) Quebra de Texto Automática.

14. Para realizar a tarefa 3, Paulo utilizou, respectivamente, os *softwares*

- (A) Impress e Lotus.
- (B) Writer e Calc.
- (C) Libre Word e Libre Excel.
- (D) Impress e Calc.
- (E) Writer e Math.

15. Para realizar a tarefa 4, Paulo clicou com o botão direito do *mouse* sobre o nome de cada um dos arquivos, selecionou a opção^I e, na janela que se abriu, na guia Geral, marcou a opção^{II}.

As lacunas I e II são preenchidas correta e, respectivamente, com

- (A) Atributos – Leitura.
- (B) Propriedades – Leitura rápida.
- (C) Atributos – Somente leitura.
- (D) Propriedades – Somente leitura.
- (E) Opções – Leitura.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

16. Catarina, servidora pública federal, requereu licença por motivo de afastamento do seu cônjuge, uma vez que respeitados os requisitos legais para tal requerimento. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, referida licença

- (A) poderá ser concedida para acompanhar companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional.
- (B) dar-se-á com remuneração.
- (C) será por prazo determinado.
- (D) não é cabível para acompanhar cônjuge deslocado para o exterior.
- (E) não é cabível para acompanhar cônjuge deslocado para o exercício de mandato eletivo do Poder Executivo.

17. Theodoro, no curso de determinado processo administrativo no qual figura como parte interessada, ao detectar situação de suspeição do servidor responsável pela condução do processo, alega a suspeição, postulando pela imediata abstenção do servidor em atuar no feito. Ao ser apreciada a alegação de suspeição, a mesma é indeferida. Nesse caso, nos termos da Lei nº 9.784/1999,

- (A) não poderia ter sido negada a alegação de suspeição, por tratar-se de situação objetiva, que não comporta indeferimento.
- (B) não é cabível recurso, por tratar-se de decisão irrecurável.
- (C) é cabível recurso, com efeito suspensivo.
- (D) é cabível recurso, sem efeito suspensivo.
- (E) não foi correta a forma como se deu a alegação de suspeição, pois tal alegação compete única e exclusivamente ao servidor suspeito.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

18. O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com sede na capital e jurisdição em todo o Estado, é composto, mediante eleição, pelo voto secreto, dentre outros, por dois juizes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, nomeados pelo Presidente

- (A) da República, por indicação do Supremo Tribunal Federal.
- (B) do Tribunal Superior Eleitoral, por indicação do Tribunal de Justiça de Rondônia.
- (C) da República, por indicação do Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) do Tribunal Superior Eleitoral, por indicação da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (E) da República, por indicação do Tribunal de Justiça de Rondônia.

19. Haverá sustentação oral

- (A) nos agravos.
- (B) no conflito de competência.
- (C) na deliberação sobre o recebimento ou rejeição de denúncia.
- (D) na ação cautelar.
- (E) na exceção de suspeição e de impedimento.

20. Nas sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em regra, após a discussão, votação e decisão dos processos constantes da pauta ou dos que se acharem em mesa, bem como a proclamação dos respectivos resultados, ocorrerá

- (A) publicação e assinatura de acórdãos.
- (B) leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior.
- (C) as comunicações ao tribunal.
- (D) a publicação e assinatura de resoluções.
- (E) a leitura do expediente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Arquivologia**

21. Do ponto de vista documental, um relatório de prestação de contas é exemplo de
- (A) formato.
 - (B) espécie.
 - (C) gênero.
 - (D) tipo.
 - (E) forma.

22. A sequência de atos prescritos para o andamento de um processo configura
- (A) a tramitação.
 - (B) o traslado.
 - (C) a transferência.
 - (D) o transporte.
 - (E) a transcrição.

23. O arquivo intermediário caracteriza-se por armazenar, em geral, documentos
- (A) reservados, confidenciais e sigilosos.
 - (B) de interesse para a pesquisa histórica.
 - (C) com baixa frequência de uso.
 - (D) originários de atividades-meio.
 - (E) que serão microfilmados e destruídos.

24. No processo de avaliação, o valor primário atribuído aos documentos está associado
- (A) à aquisição e extinção de direitos.
 - (B) à presença de sinais de validação.
 - (C) ao índice de pH neles encontrado.
 - (D) às referências a fatos históricos.
 - (E) às razões pelas quais foram criados.

25. De acordo com a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação,
- (A) o prazo máximo de restrição de acesso a informações ultrassecretas e secretas é, respectivamente, de 30 e 20 anos.
 - (B) as cópias certificadas deverão substituir os documentos originais cujo manuseio possa oferecer riscos à sua integridade física.
 - (C) autenticidade é a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
 - (D) ficam excluídos do direito de acesso os documentos resultantes de inspeções, auditorias e tomadas de contas realizadas por órgãos públicos.
 - (E) deve-se destruir todo e qualquer documento relativo a violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

Noções de Direito Constitucional

26. Considere as seguintes situações hipotéticas: Regiane é Governadora do Estado de Rondônia e Fabrício é prefeito da cidade de São João da Baliza. Regiane e Fabrício pretendem se candidatar ao cargo de Presidente da República. Nestes casos, de acordo com a Constituição Federal brasileira,

- (A) Regiane deverá renunciar ao respectivo mandato até um ano antes do pleito e Fabrício até seis meses.
- (B) apenas Regiane possui obrigatoriedade de renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- (C) Regiane e Fabrício deverão renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- (D) apenas Regiane possui obrigatoriedade de renunciar ao respectivo mandato até um ano antes do pleito.
- (E) Regiane e Fabrício deverão renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

27. Considere a seguinte situação hipotética: Em uma reunião política do Partido X encontram-se Sinésio, 22 anos de idade; Vitor, 33 anos de idade; Bianca, 36 anos de idade e Gabriela, 30 anos de idade. O referido partido discute a candidatura aos cargos de Deputado Estadual e Deputado Federal. Neste caso, dentre as pessoas mencionadas, no tocante ao requisito idade mínima,

- (A) Vitor e Bianca podem concorrer a ambos os cargos, mas Sinésio e Gabriela poderão concorrer apenas ao cargo de Deputado Estadual.
- (B) nenhuma delas pode concorrer a ambos os cargos.
- (C) todas podem concorrer a ambos os cargos.
- (D) Vitor, Bianca e Gabriela podem concorrer a ambos os cargos, mas Sinésio poderá concorrer apenas ao cargo de Deputado Estadual.
- (E) Vitor, Bianca e Gabriela podem concorrer a ambos os cargos, mas Sinésio não poderá concorrer para nenhum dos cargos.

28. Legislar sobre Direito Eleitoral é competência

- (A) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal, apenas.
- (D) privativa da União.
- (E) exclusiva da União, permitida a delegação para os Estados e para o Distrito Federal mediante autorização expressa do Senado Federal.



29. No tocante aos Municípios, considere:

- I. Em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- II. Em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- III. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
- IV. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio da Assembleia Legislativa do Estado e do Ministério Público Estadual.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

30. O servidor público da Administração autárquica que for investido em mandato de Vereador,

- (A) havendo compatibilidade de horários, poderá perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, mas com prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (B) não havendo compatibilidade de horário será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (C) ficará obrigatoriamente afastado de seu cargo, emprego ou função, independentemente de compatibilidade de horários e receberá a remuneração do cargo eletivo.
- (D) ficará obrigatoriamente afastado de seu cargo, emprego ou função, independentemente de compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (E) ficará obrigatoriamente afastado de seu cargo, emprego ou função, independentemente de compatibilidade de horários, mas receberá ambas as remunerações.

31. A sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é competência

- (A) exclusiva do Congresso Nacional.
- (B) privativa da Câmara dos Deputados.
- (C) privativa do Senado Federal.
- (D) conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (E) privativa do Presidente da República.

32. No tocante ao Poder Executivo, considere:

- I. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.
- II. Se nenhum candidato à Presidência da República alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados.
- III. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- IV. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

33. Considere:

- I. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral.
- II. Ministro do Esporte.
- III. Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
- IV. Membro do Ministério Público da União que officie perante o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O Supremo Tribunal Federal possui competência para processar e julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os indicados em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.



<p>34. Considere a seguinte situação hipotética: Vinicius e Gilberto são senadores. Sueli é Deputada. Vinicius foi investido no cargo de Ministro de Estado e Gilberto chefe de missão diplomática temporária. Sueli foi investida no cargo de Secretária de Estado. Nestes casos, de acordo com a Constituição Federal brasileira,</p> <p>(A) apenas Vinicius e Sueli perderão o mandato.</p> <p>(B) Vinicius, Gilberto e Sueli perderão o mandato.</p> <p>(C) Vinicius, Gilberto e Sueli não perderão o mandato.</p> <p>(D) apenas Gilberto perderá o mandato.</p> <p>(E) apenas Sueli perderá o mandato.</p>	<p>38. Paulo é Juiz Eleitoral de uma Zona Eleitoral. No exercício de seu cargo, dentre outras atribuições, compete-lhe</p> <p>(A) designar a sede e jurisdição das Juntas Eleitorais.</p> <p>(B) constituir as Juntas Eleitorais.</p> <p>(C) ordenar o registro e a cassação do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais.</p> <p>(D) expedir diplomas aos eleitos para Deputados Estaduais.</p> <p>(E) o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos.</p>
<p>35. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do</p> <p>(A) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Superior Tribunal de Justiça e dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.</p> <p>(C) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) Supremo Tribunal Federal e dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.</p> <p>(E) Superior Tribunal de Justiça ou dentre os dois juízes oriundos da classe dos advogados.</p>	<p>39. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais cabem embargos de declaração quando</p> <p>(A) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais.</p> <p>(B) denegarem mandado de segurança.</p> <p>(C) houver no acórdão obscuridade, dúvida ou contradição.</p> <p>(D) denegarem <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(E) forem proferidas contra expressa disposição de lei.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Eleitoral</p> <p>36. NÃO se incluem, dentre as fontes do Direito Eleitoral as</p> <p>(A) leis estaduais.</p> <p>(B) normas da Constituição Federal.</p> <p>(C) leis federais.</p> <p>(D) Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) decisões jurisprudenciais.</p>	<p>40. A representação de partido político referente abuso do poder econômico em benefício de candidato ao cargo de Vereador será apurada através de investigação judicial processada</p> <p>(A) pela Corregedoria Regional Eleitoral e julgada pelo Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(B) e julgada pelo Juiz Eleitoral.</p> <p>(C) pelo Juiz Eleitoral e julgada pelo Corregedor Regional Eleitoral.</p> <p>(D) pelo Ministério Público Eleitoral, através de inquérito civil, e julgada pelo Corregedor Regional Eleitoral.</p> <p>(E) pela Corregedoria Regional Eleitoral e julgada pelo Ministério Público Eleitoral.</p>
<p>37. As Juntas Eleitorais</p> <p>(A) serão presididas pela autoridade policial, quando esta figurar entre seus membros.</p> <p>(B) serão presididas pelo membro mais velho.</p> <p>(C) poderão ter como membros os que pertencerem ao serviço eleitoral.</p> <p>(D) poderão contar, na sua composição, com até dois agentes policiais.</p> <p>(E) não poderão ter como membros os parentes por afinidade de candidatos até o segundo grau, inclusive.</p>	<p>41. A respeito das doações a partidos políticos, considere:</p> <p>I. As doações de pessoas físicas e jurídicas só podem ser feitas aos órgãos de direção nacional do partido, aos quais caberá fazer a distribuição aos órgãos estaduais e municipais.</p> <p>II. As doações que não sejam em dinheiro devem ser lançadas na contabilidade do partido político, definidos seus valores em moeda corrente.</p> <p>III. As doações em recursos financeiros devem ser, obrigatoriamente, efetuadas por cheque cruzado em nome do partido político ou por depósito bancário diretamente na conta do partido político.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) III.</p>



42. José foi eleito Deputado Estadual e diplomado, mas o Tribunal Regional Eleitoral, acolhendo representação do Ministério Público, reconheceu a sua inelegibilidade e anulou a expedição do diploma. José, no prazo legal, interpôs recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral. Nesse caso,
- (A) o recurso será remetido ao Tribunal Superior Eleitoral, após o prazo para apresentação das razões do recorrido.
- (B) o recurso só será admitido se a decisão tiver sido proferida contra disposição expressa da Constituição Federal.
- (C) o recurso só será admitido se ocorrer divergência entre a decisão recorrida e a de outro tribunal eleitoral.
- (D) se o processamento do recurso ordinário foi indeferido, José deverá interpor recurso especial.
- (E) o recurso só será admitido se a decisão tiver sido proferida contra disposição expressa de lei federal.
-
43. NÃO se inclui dentre as informações que as entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, para conhecimento público, até cinco dias antes da divulgação,
- (A) o questionário completo aplicado.
- (B) quem contratou a pesquisa.
- (C) o valor e origem dos recursos despendidos no trabalho.
- (D) a identidade dos entrevistados.
- (E) o nome de quem pagou pela realização do trabalho.
-
44. Paulo alugou o muro do terreno de sua propriedade para um candidato veicular propaganda eleitoral; Pedro colocou faixa de propaganda eleitoral numa árvore; João colocou mesas móveis para distribuição de material de campanha ao longo da via pública, de forma a não dificultar o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos; José colocou uma faixa com propaganda eleitoral abaixo da tela do cinema de sua propriedade; Joaquim colocou cartazes com propaganda eleitoral no templo que frequenta. É permitida a propaganda eleitoral feita por
- (A) Paulo e João.
- (B) João, apenas.
- (C) Pedro, José e Joaquim.
- (D) Paulo, Pedro e Joaquim.
- (E) Paulo, apenas.
-
45. A respeito da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, é permitida a
- (A) utilização da propaganda de candidaturas majoritárias como propaganda de candidaturas proporcionais.
- (B) utilização da propaganda de candidaturas proporcionais como propaganda de candidaturas majoritárias.
- (C) censura prévia dos programas eleitorais gratuitos pela Justiça Eleitoral para evitar ofensas a terceiros.
- (D) proibição pela Justiça Eleitoral da reapresentação de propaganda ofensiva à honra de candidato, à moral e aos bons costumes.
- (E) efetivação de cortes instantâneos pela Justiça Eleitoral de propagandas eleitorais ofensivas a outros candidatos.
-
46. Gilson, candidato a Prefeito Municipal, chamou seu adversário Lindomar de *ladrão de casaca*, sem indicar fatos que justifiquem essa ofensa. Nesse caso, Gilson responderá pelo crime eleitoral de
- (A) divulgação de fato inverídico.
- (B) calúnia.
- (C) difamação.
- (D) injúria.
- (E) divulgação de calúnia.
-
47. Claudomiro é advogado com notável saber jurídico e idoneidade moral. Preenchidos os demais requisitos legais, Claudomiro pode vir a integrar o Tribunal
- (A) Superior Eleitoral ou o Tribunal Regional Eleitoral de seu Estado, apenas.
- (B) Superior Eleitoral, apenas.
- (C) Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral de seu Estado ou a Junta Eleitoral da Zona Eleitoral a que pertence.
- (D) Regional Eleitoral de seu Estado, apenas.
- (E) Regional Eleitoral de seu Estado ou a Junta Eleitoral da Zona Eleitoral a que pertence, apenas.
-
48. A respeito da aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário pelos partidos políticos, considere:
- I. Manutenção das sedes e serviços do partido, inclusive pagamento de pessoal, a qualquer título, até o limite do total recebido.
- II. Propaganda doutrinária e política.
- III. Alistamento e campanhas eleitorais.
- IV. Criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação política, sendo esta aplicação de, no máximo, vinte por cento do total recebido.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.
-
49. Jesuíno é conhecido apresentador de programa de televisão. Apesar de ser filiado a partido político e ter sido escolhido em convenção partidária, Jesuíno NÃO pode
- (A) participar de debates no rádio ou na televisão.
- (B) ser candidato a qualquer cargo eletivo.
- (C) ser candidato a Presidente da República, Senador, Governador de Estado ou Prefeito Municipal.
- (D) ser candidato a Deputado Federal, Deputado Estadual ou Vereador.
- (E) continuar a apresentar o programa de televisão, a partir do resultado da convenção.



50. O partido Alpha, no segundo turno das eleições para Governador do Estado, formalizou apoio a candidato do Partido Beta, que disputa com o candidato do partido Delta. A participação de Josivaldo, filiado ao partido Alpha, no programa de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita do partido Delta

- (A) é permitida, porque não tem obrigação de seguir a posição assumida pelo partido ao qual é filiado.
- (B) é vedada, por ser filiado ao partido Alpha.
- (C) só é vedada se tiver sido candidato no primeiro turno da eleição.
- (D) é permitida, porque o partido ao qual é filiado não disputa o segundo turno das eleições.
- (E) só é vedada se for dirigente o partido Alpha.

Noções de Direito Administrativo

51. O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, considerou constitucional a divulgação, em sítio eletrônico de determinada Prefeitura, da remuneração bruta dos servidores, dos cargos e funções por eles titularizados e dos órgãos de sua lotação. Em suma, considerou que inexistente, na hipótese, ofensa à intimidade ou vida privada, pois os dados, objeto da divulgação, dizem respeito a agentes públicos, isto é, agentes estatais agindo nessa qualidade. A decisão citada encontra-se em fiel observância ao seguinte princípio da Administração pública:

- (A) Supremacia do Interesse Privado.
- (B) Proporcionalidade.
- (C) Publicidade.
- (D) Motivação.
- (E) Eficiência.

52. A aplicação da teoria da imprevisão, de modo a recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e evitar eventual rescisão contratual é consequência de um dos princípios dos serviços públicos denominado

- (A) continuidade do serviço público.
- (B) mutabilidade do regime jurídico.
- (C) igualdade dos usuários.
- (D) universalidade.
- (E) modicidade.

53. Considere as seguintes atividades:

- I. Limita direitos.
- II. Disciplina direitos.
- III. Regula a prática de ato.
- IV. Regula a abstenção de fato.

Considera-se poder de polícia, desde que preenchidos os demais requisitos legais, as atividades da Administração pública descritas em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

54. Eduardo Henrique, servidor público estadual, praticou ato administrativo com vício de competência, isto é, praticou ato que, por atribuição legal, competia a outro servidor público, em caráter exclusivo. O ato em questão

- (A) não comporta revogação, haja vista tratar-se de vício passível de convalidação.
- (B) deve ser anulado seja pela própria Administração, seja pelo Poder Judiciário.
- (C) deve ser revogado.
- (D) deve obrigatoriamente ser convalidado.
- (E) deve obrigatoriamente ser reconhecido como válido, haja vista os efeitos dele emanados.

55. A imperatividade dos atos administrativos

- (A) significa o poder de executar os atos administrativos de forma autônoma pela Administração pública, isto é, sem necessidade de intervenção do Judiciário.
- (B) não é considerada atributo de tais atos.
- (C) existe em todos os atos administrativos.
- (D) é característica pela qual os atos administrativos impõem-se a terceiros independentemente de sua concordância.
- (E) é característica presente também nos atos de direito privado.

56. Considere as seguintes assertivas:

- I. A Administração pública ao revogar um ato administrativo assim o faz com efeitos *ex tunc*.
- II. Mesmo anulado um ato administrativo, o princípio da boa-fé e a teoria da aparência resguardam os efeitos já produzidos em relação aos terceiros de boa-fé.
- III. A Administração pública ao convalidar um ato administrativo assim o faz com efeitos *ex nunc*.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e II, apenas.

57. Nos contratos administrativos, mesmo naqueles não precedidos de licitação, a Administração pública estabelece todas as cláusulas contratuais; justamente por tal razão, são tidos como contratos de adesão. A frase em questão

- (A) está correta, uma vez que os contratos administrativos são considerados contratos de adesão.
- (B) não está correta, porque a Administração pública não estabelece previamente todas as cláusulas contratuais.
- (C) não está correta, porque inexistente contrato que não seja precedido de licitação.
- (D) está correta, porque embora a Administração pública nem sempre esteja vinculada ao ordenamento jurídico, é ela quem dita todas as cláusulas contratuais.
- (E) não está correta, porque, embora a Administração pública estabeleça previamente todas as cláusulas contratuais, os contratos administrativos não são tidos como contratos de adesão.



58. A empresa Via Obras Ltda. ingressou na Justiça alegando ter sido ilegalmente inabilitada de licitação na modalidade tomada de preços. Sustentou a empresa que a Comissão de Licitação exigiu que as certidões negativas de tributos tivessem autenticação *on-line*, o que não constava no edital regulador do certame. Argumentou que a certidão emitida pela internet é suficiente para comprovar o recolhimento do tributo, desde que respeitadas as normas emitidas pelo respectivo órgão. A empresa obteve ganho de causa, reconhecendo o Poder Judiciário a patente violação ao seguinte princípio:

- (A) adjudicação compulsória.
- (B) julgamento objetivo.
- (C) vinculação ao instrumento convocatório.
- (D) publicidade.
- (E) supremacia do interesse privado.

59. Considere as seguintes assertivas:

- I. Alienação de bens imóveis da Administração pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais.
- II. Venda de bens móveis inservíveis para a Administração pública.
- III. Alienação de bens imóveis da Administração pública, cuja aquisição haja derivado de dação em pagamento.
- IV. Venda de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

Nos termos da Lei nº 8.666/1993, desde que preenchidos os demais requisitos legais, é cabível licitação na modalidade leilão no que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

60. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, para a contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal, é

- (A) obrigatória a licitação na modalidade convite.
- (B) dispensável a licitação.
- (C) obrigatória a licitação na modalidade concurso.
- (D) inexigível a licitação.
- (E) obrigatória a licitação na modalidade concorrência.